

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM APLICADO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

William Resende de Faria¹

RESUMO

Com o desenvolvimento humano e a valorização do conhecimento, as organizações modernas estão exigindo novos valores e práticas administrativas em um mundo globalizado em que as pessoas passam a ser consideradas a ferramenta principal para a transformação de informação em conhecimento. A presente pesquisa tem como objetivo analisar as dimensões da avaliação e com que propósito ela vem sendo utilizada em sala de aula. Abordam-se as perspectivas históricas da avaliação, bem como práticas exercidas com o público estudantil ao longo dos tempos; a questão dos instrumentos e técnicas de avaliação e como essas formas podem afetar o aluno de diversas formas. São apresentadas também as questões ligadas à prática da avaliação direcionada a um processo global que favoreça a democratização do processo de ensino aprendizagem e suas ligações com o projeto político-pedagógico. Trata-se de uma abordagem dedutiva baseada na revisão literária, por meio de livros e artigos científicos.

Palavras chave: Aprendizagem. Avaliação. Docente. Discente. Ensino Superior.

L'IMPORTANCE DE L'EVALUATION DANS LE PROCESSUS DE L'ENSEIGNEMENT D'APPRENTISSAGE APPLIÉ DANS L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR BRÉSILIEN

RÉSUMÉ

Avec le développement humain et l'amélioration des connaissances, les organisations modernes sont exigeantes de nouvelles valeurs et les pratiques administratives dans un monde globalisé où les gens sont considérés comme le principal outil pour transformer les informations en connaissances. Cette recherche vise à analyser les dimensions de l'évaluation et à quelles fins elle est utilisée dans la classe. Il aborde les perspectives historiques de l'évaluation ainsi que les pratiques menées avec le public étudiant au fil du temps, la question des instruments et des techniques d'évaluation et comment ces canaux peut affecter l'élève de différentes façons. Sont également présentés les questions liées à l'évaluation visant à un processus global qui favorise la démocratisation de l'enseignement et l'apprentissage et ses liens avec le projet politico-pédagogique. Il s'agit d'une approche déductive basée sur une analyse documentaire, à travers les livres et articles scientifiques.

Mots-clés: L'apprentissage. Évaluation. Professeur. Étudiants. L'enseignement Supérieur.

¹ Bacharel em Administração, Faculdade Projeção – Taguatinga/DF.
E-mail: wilsandr@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Uma das grandes dificuldades encontradas atualmente no campo educacional é a capacidade de avaliar. De acordo com Luckesi (2002) a avaliação que se pratica na escola é aquela onde as notas são usadas para fundamentar necessidades de classificação de alunos, onde são comparados desempenhos e não objetivos que se deseja atingir.

Considera-se o exame como um dos recursos mais eficientes utilizados pelas instituições de ensino como forma de se obter esses resultados. Segundo essa metodologia avaliativa, que propõe um sistema de ensino voltado para a disciplina, os professores utilizam as provas como instrumentos de persuasão, porque o suposto medo transmitido por elas faz com que os alunos estudem. Ao longo dos tempos a avaliação por meio de provas e exames vem sendo usada de certa forma, como métodos “avaliativos” utilizados por professores para se obter resultados classificatórios e dados estatísticos.

De acordo com Tyler (1974), o processo avaliativo consiste em determinar em que grau os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados e que os mesmos buscam produzir mudanças nos seres humanos. Neste sentido, percebe-se a extrema importância da avaliação no fazer pedagógico em sala de aula, pois ela busca produzir mudanças nos alunos, enquanto sujeitos sociais. E segundo Haydt (1997), o objetivo verdadeiro da avaliação é integral, pois analisa e julga todas as dimensões do educando, considerando o mesmo como um todo. Partindo desses pressupostos é possível dizer que, a avaliação vai muito além de momentos e horas em que se deseja ‘avaliar’, busca completar e ajudar no crescimento do ser humano em todos os seus aspectos, sejam eles de cognição, a nível pedagógico até a socialização, a interação de um sujeito com o outro para a construção do conhecimento.

Ao observar o conteúdo proposto neste trabalho por intermédio de um seminário realizado no primeiro semestre de 2005 do curso de Pedagogia da Faculdade JK, que explorava a temática abordada pelo filósofo Michel Foucault em sua obra *Vigiar e Punir: O nascimento das prisões* (1975) juntamente a um vídeo exibido no curso de Pedagogia, na disciplina de Didática, no segundo semestre de 2005, que abordava a prática da avaliação segundo Luckesi (2002), um instrumento de compreensão global, surgiu então, a necessidade de se pesquisar e estudar a prática da avaliação da aprendizagem escolar, o processo avaliativo e como o docente planeja esse processo, que técnicas e instrumentos ele utiliza para chegar aos resultados, nesse caso, se o aluno está apto ou não para prosseguir para a série subsequente.

A presente pesquisa aborda a avaliação focalizando-a do ponto de vista de sala de aula, no processo de ensino-aprendizagem, centrando-se nos instrumentos e técnicas utilizadas nessa avaliação. A técnica avaliativa tem o papel de obter as informações desejadas no processo de avaliação e os instrumentos são os recursos que serão usados para isso. Por exemplo, se o professor opta por uma parte da avaliação ser de aplicação de prova ou da observação, nesse ponto se encontra a técnica que será utilizada, os instrumentos são como meios que serão usados, no caso a prova se será oral ou dissertativa, e no que diz respeito a observação, um roteiro de cada aluno, seus avanços e dificuldades. A escolha desses instrumentos e técnicas vai depender da natureza da área de estudo, dos objetivos (habilidades e aplicação de conhecimentos) e das condições de tempo do professor e a quantidade de discentes.

Dessa forma, chega-se ao problema de pesquisa: Como o docente elabora suas avaliações e de que maneira ele utiliza os instrumentos e técnicas pertinentes a essa prática, para se chegar aos resultados de uma avaliação centrada nos objetivos de ensino?

No que diz respeito à avaliação da aptidão, ou seja, a bagagem de conhecimentos que o aluno leva de uma série para a outra, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (2001:81) colocam que, a avaliação deve subsidiar o professor com elementos para uma reflexão constante da sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, favorecendo assim, para a tomada de consciência do aluno de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para a reorganização de seu investimento no interesse de aprender.

Observando o que foi dito anteriormente, atenta-se a um fato: se existe toda uma pesquisa no campo educacional acerca da avaliação, suas possibilidades de construção e diretrizes curriculares voltadas também para avaliação, os caminhos que o docente pode seguir para um bom desenvolvimento do trabalho pedagógico, por que então, muitos professores ainda utilizam formas avaliativas de medição e classificação de conhecimentos?

Um sistema educacional que se compromete com o desenvolvimento das capacidades dos alunos, pode encontrar na avaliação uma forma de reavaliar os investimentos que o professor faz, com o objetivo de que os alunos aprendam cada vez mais e melhor. Nesse caso, a avaliação tem um papel fundamental na aprendizagem do aluno, pois é a partir dela que o professor pode verificar as necessidades que cada aluno possui, e assim, realizar as intervenções pedagógicas adequadas e não como meio de classificação de conhecimentos.

Segundo Luckesi (2002) essa é a postura que diferencia o professor avaliador do professor examinador. O avaliador sempre busca a melhoria da aprendizagem do aluno, enquanto o examinador só tem por objetivo medir e classificar os conhecimentos dos discentes.

Portanto, a atual avaliação da aprendizagem acadêmica, apresenta-se com caráter de finalização de conteúdos aprendidos. Como pensar em um sistema de ensino que visa à emancipação, a construção do sujeito enquanto ser humano, que pensa e age? Esse é um dos grandes desafios a ser enfrentado pelos docentes, a capacidade de avaliar para crescer e não para retroceder.

Dessa forma não é intenção do presente estudo denegrir o atual ensino superior. Mas, colocar em evidência a necessidade da busca constante por inovação tanto no ensino quanto na avaliação. Segundo Rodrigues (2009, p. 16) embora avaliações freqüentemente concorram para que se estabeleça um clima de animosidade entre discentes e docentes, as percepções que estes e aqueles têm sobre a avaliação na universidade tendem à concordância.

Esta pesquisa possui como objetivo geral analisar as dimensões da avaliação e com que propósito ela vem sendo utilizada em sala de aula, verificando assim as diversas nuances, os mais variados objetivos da avaliação. E como objetivos específicos: identificar quais técnicas e instrumentos são utilizados no processo avaliativo, ou seja, o que o professor usa para avaliar seu aluno, verificar qual a postura adotada pelo professor em relação à avaliação, analisar a influência da prática avaliativa da aprendizagem dos discentes, e por último, verificar como uma proposta de avaliação emancipatória pode contribuir para a melhoria da aprendizagem dos alunos, ou seja, como uma avaliação

integral, que valorize o aluno em todos os seus aspectos e que o faça refletir sobre a sua prática, pode trazer benefícios para o contexto social do educando.

Para a elaboração deste trabalho optou-se por realizar pesquisa bibliográfica, fazendo uso do método dedutivo para a devida abordagem. Para tanto foi feita a escolha de bibliografia especializada no tema, tais como livros, revistas científicas e artigos de periódicos.

Cumprido ressaltar que não foi adotada a utilização de questionário para a coleta de dados, tampouco a observação empírica de fatos, tendo sido estes julgados inapropriados para alcançar o fim proposto. Com isso, dar ênfase a negativa de pretensão conclusiva do presente estudo.

2 AVALIAÇÃO: PROBLEMA OU SOLUÇÃO?

O presente capítulo abordará aspectos importantes com relação à avaliação da aprendizagem escolar, primeiramente norteando sobre os primeiros indícios de 'avaliação' ao longo dos tempos, posteriormente será realizada uma abordagem considerando o instrumento avaliativo (prova escrita) em dois aspectos: em que momentos ele torna-se excludente e em que situação ele se torna o instrumento de reflexão.

2.1 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA AVALIAÇÃO

Os primeiros indícios de uma avaliação datam de aproximadamente 2.025 a.C. Nessa época os chineses já administravam testes para admissão ao serviço civil, ou seja, de homens que trabalhem pelo Estado. Outra forma de verificação de aprendizagem de conteúdos que a China apresenta na sua educação é a seguinte: desde muito tempo os alunos estudavam os conteúdos durante um determinado período então, o professor utilizava um questionário onde o aluno, de costas, deveria responder a maior quantidade de perguntas possíveis, a mesma coisa se repetia com a lição do caderno, onde o professor utilizava à mesma metodologia.

Dessa mesma forma existem relatos também de empregos de exames na Grécia e Roma Antiga.

No século XIX nos Estados Unidos, o conselho americano de educação apoiou, por meio do Serviço Cooperativo de Testes, a produção de testes de rendimento escolar para os cursos secundário e universitário. Na França e em Portugal desenvolveu-se a chamada Docimologia, quem vem do grego *dokimé*, que quer dizer nota. Segundo Depresbiteris (1989, p. 06) "*A Docimologia surgiu como uma crítica à extrema confiança nos métodos tradicionais utilizados, com fins de seleção nos exames e concursos*".

É uma ciência do estudo dos exames, em particular do sistema de atribuição de notas e dos comportamentos dos examinadores e examinados. Nesse tempo desenvolveram-se investigações na área de avaliação e logo no início de uma pesquisa Docimológica foram evidenciados aspectos discrepantes, pois pesquisadores analisaram a aplicação de seis testes no início e término do ano letivo e constatou que o processo de avaliação da aprendizagem era puramente baseado no papel do exame como a única forma de classificação de conhecimento dos alunos.

Nas primeiras décadas do século XX, a maioria das atividades que eram apontadas como forma de avaliação educacional, estava ligada à aplicação de testes. Para quebrar com este grande mito, de que avaliação deve ser realizada por intermédio de testes, surge, nos Estados Unidos por volta de 1950 escritos de Tyler (1974). Ele provocou grande impacto, pois em seus estudos quebravam com o tradicionalismo da avaliação.

Ele defendia a inclusão de outros instrumentos na avaliação como: escalas de atitude, inventários, questionários, fichas de registro de comportamento e outras formas de coletar evidências sobre o processo de construção de conhecimento dos alunos. E segundo Tyler *apud* Depresbiteris (1989, p. 07):

Muitas pessoas consideram a avaliação como sinônimo de aplicação de testes com lápis e papel. Apesar de achá-los extremamente importantes, existem outros que permitem determinar a habilidade dos alunos em alguns assuntos, como o ajustamento pessoal, habilidades psicomotoras, tudo isso pode ser avaliado por meio de entrevistas, observação, registros sistemáticos. Quando se pensa em avaliação está se falando em qualquer meio capaz de assegurar evidências válidas sobre os comportamentos em seus diferentes níveis de manifestações.

A educação do século XXI é herdeira da educação do século XVII. Se for analisado o documento daquele tempo, como o *Ratio Studiorum*, dos padres da ordem jesuíta na época do Brasil colônia, pode-se perceber que a metodologia de avaliação que os jesuítas utilizavam um sistema em que os indígenas que naquele tempo eram seus alunos aprendiam todos os conteúdos durante a semana e no final de semana, aos sábados, era exigido dos indígenas todo o conteúdo que fora passado, esse dia era chamado de *Sabatina*. Muito do modelo de classificação de alunos, que a escola pratica hoje foi concebida ali.

Durante muito tempo muitos educadores propuseram perspectivas, caminhos diferentes para a avaliação, porém nenhuma dessas metodologias conseguiu permanecer e ser eficaz perante o ensino tradicional, que propõe um modelo seletivo e excludente de avaliação.

2.2 PROVA OU EXAME? POR UMA RESSIGNIFICAÇÃO DESSE INSTRUMENTO

A avaliação baseada no exercício da prática do exame se converteu num instrumento em que muitos professores acreditam e depositam a esperança de melhorar a educação, pois confiam que com o exame a educação avança. Dessa forma, percebe-se um sistema educacional voltado para o ensino tradicional, onde o professor é detentor do conhecimento e o aluno apenas um receptor passivo.

Considera-se o exame uma das poderosas formas por meio da qual a escola classifica os alunos, sendo que por intermédio deste processo, muitos professores acreditam em um estabelecimento da verdade absoluta. Este processo é um dos mecanismos em que se exerce o poder disciplinar. Segundo Foucault (1987, p. 160):

[...] o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças do tempo, de acumulação genética, de composição ótima de aptidões.

Observa-se que, uma vez que o exame tem uma função de classificação, o prazer de aprender desaparece porque são valorizadas apenas as provas e as notas. Os alunos passam a estudar para passar na prova e com isso apenas memorizam as respostas consideradas certas pelo professor. Neste aspecto, percebe-se que o exame tem a função de medir determinada quantidade, extensão ou grau de alguma coisa, onde o resultado é expresso em números, buscando uma objetividade e exatidão da aprendizagem do aluno.

O exame (a prova tradicional) possui algumas características como a exploração exagerada da memorização, onde os alunos apenas sabem ‘de cor’ os conteúdos passados pelo professor, faltam parâmetros para a correção onde o aluno quer ‘dar a resposta’ de acordo com pensamento e a lógica do docente, onde perguntas aparecem do tipo: ‘Professor, o que o senhor quer mesmo na questão cinco?’, ou seja, o aluno nem pergunta o que diz a questão, mas sim a postura do professor e o que ele quer que o aluno escreva.

Por isso, que em uma lógica tradicional, o aluno deve responder de maneira a agradar o professor (detentor do conhecimento), onde os alunos (receptores passivos) copiaram vários questionários, por exemplo, em seu caderno (cultura cadernal) e na prova devolvem tudo, ocorrendo assim, a ‘Pedagogia Bancária de Paulo Freire’, onde o autor coloca que o aluno funciona como uma conta de banco em que são realizados depósitos de conhecimentos. Outras das características das provas tradicionais são: utilização de palavras de comando sem precisão de sentido no contexto, ou seja, palavras soltas que dão margem às diversas possibilidades de respostas.

Percebe-se que um dos grandes problemas encontrados nos dias de hoje em relação à aplicação de provas e testes diz respeito à não contextualização desse instrumento. Que as funções desse método avaliativo consistem apenas, na maioria dos casos, em uma cobrança sistemática de conteúdos, muitas vezes nem aprendidos de fato. Em uma prova em que o professor não problematize, não realize uma contextualização do que se deseja saber, o aluno fica de certa forma, desorientado, pois não sabe o que responder na questão. Por exemplo, em uma aula de Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Arte, do Curso de Pedagogia da Faculdade JK o professor abordava sobre a criatividade do ser humano em diversas situações da vida. Em um dos momentos o professor mostrou as mais diversas respostas que os alunos “ofereciam” no momento da prova aos seus professores. Uma das perguntas foi: ‘Qual a função do esqueleto?’ Pergunta o professor. Então o aluno responde na prova: ‘Invadir o Castelo de Greyscow’. Se analisarmos bem a resposta do aluno, ele não está errado, pois a pergunta dá margem para diversas respostas.

Dessa feita, verificam-se como todas as atividades avaliativas dirigidas aos alunos devem ser bem elaboradas e contextualizadas, sempre prestando atenção para a forma de elaborar uma pergunta. E acerca disso Moretto (2002, p. 99) expõe que:

Se a pergunta não for clara e precisa, ela permite muitas respostas, todas “corretas”, embora diferentes das “esperadas” por quem perguntou. Em segundo lugar é certo que o contexto dá sentido ao texto, assim alguém poderia argumentar que uma resposta numa prova deve ser dada em função do contexto do ensino, isto é de acordo com que o professor apresentou na aula.

Nessa perspectiva a avaliação da aprendizagem escolar deve ser coerente com a forma de ensinar, ou seja, se o professor parte de princípios em que ele de certa maneira “exija” respostas mais elaborada e que respondam ao que foi solicitado, o mesmo deve

atentar-se para não cometer confusões nos enunciados ou mesmo, perguntas com um grande leque de respostas no momento da avaliação escrita. Percebe-se assim o quanto à avaliação escrita (prova) é um instrumento complexo, porque exige habilidades de contextualizar e utilizar linguagem clara e precisa. Muitos professores consideram exame e avaliação como sendo a mesma coisa.

Segundo Luckesi (2002) o examinador tem como objetivo verificar como estão as notas dos alunos, onde as curvas estatísticas são suficientes, já o avaliador valoriza o 'quadro global' dos alunos, ou seja, um ato de análise e reflexão de todo o processo de construção do conhecimento do aluno.

Todavia, a avaliação baseada no exercício do exame constitui a 'pedra de tropeço da instituição escolar' uma vez que ela cumpre algumas funções, como por exemplo, ela condiciona os fluxos de entrada e saída do sistema escolar, de entrada podemos considerar os vestibulares utilizados por muitas instituições de ensino superior para que nos alunos adentrem na vivência universitária, ou como era feito antigamente, quando os alunos terminavam o ensino primário (até a 4ª série) e tinham que fazer uma prova de admissão para o curso ginásio (5ª a 8ª série).

Outro aspecto desse tipo de avaliação é que nela há um controle dos alunos, pois muitos professores utilizam frases como: *'a prova desse bimestre está ficando ótima, viu? Coloquei questões muito difíceis tiradas de diversos livros'*, *'continuem assim, desse jeito vão ver o que vai acontecer na hora da prova'*, essas são frases típicas de sala de aula onde o professor nessas falas utiliza a prova como meio de persuasão dos alunos, assim disciplinando-os. Outro fator a ser levantado a respeito dessa prática, é que ela define as informações a serem passadas para os pais, ou seja, a partir das notas obtidas em provas diagnosticam se o aluno teve a aprendizagem satisfatória, de forma que ele tenha pelo menos acertado metade da prova para passar com a nota mínima exigida.

Vale ressaltar que pode estar associado com o controle da turma a gestão da sala de aula. Em que, por meio da avaliação, o professor influencia na aprendizagem dos alunos, de maneira positiva ou negativa. Para tanto, Afonso (2000, p. 18) coloca que:

Nas organizações, a avaliação é quase sempre um instrumento fundamental em termos de gestão. Particularmente importante na estruturação das relações de trabalho (por exemplo, como instrumento de seleção, promoção e desenvolvimento profissional) a avaliação é também um instrumento importante de controle e legitimação organizacional. As escolas (enquanto organizações complexas) têm, com algumas similitudes, utilizando a avaliação para esses mesmos fins.

Dessa forma, percebe-se que a avaliação exerce muitos papéis no ambiente escolar, possui diferentes funções, mas os pontos mais importantes da prática avaliativa são as intervenções e adequações que o professor faz para cada sala de aula, pois nenhum aluno é igual ao outro, cada um possui interesses e necessidades diferentes.

Autores que pesquisam sobre a avaliação educacional, como Luckesi, por exemplo, pesquisam as implicações políticas da avaliação, suas relações com o planejamento e a prática de ensino, e finalmente, aspectos psicológicos, neste caso com as representações sociais que os alunos fazem do ato de avaliar. Conforme a afirmação de Luckesi (2002), a avaliação que se aplica na escola possui qualidade duvidosa: corrigem-se provas e contam-se pontos para se concluir se o aluno está apto ou não para prosseguir.

Ele coloca também que as provas e exames são apenas instrumentos de classificação e seleção, que não contribuem para a qualidade do aprendizado nem para o acesso de todos ao sistema de ensino. E esse tipo de avaliação segundo alguns autores exercem funções de controle ideológico e reprodutor dos interesses da classe burguesa, dessa forma vendo a avaliação com um olhar mais sociológico. Para Ludke e Mediano (1994, p. 128):

Até agora, ou até a bem pouco tempo, a avaliação tem sido incluída nas análises que focalizam a escola e suas funções tem sido considerada, justamente, como um dos recursos mais eficientes de que dispõe a escola, em sua função controladora da ordem social vigente.

A avaliação normativa presume a comparação de valores atribuídos a notas dos alunos, como a escola propõe atualmente, por exemplo, para ela os valores de zero a 4,9 são atribuídos aos alunos reprovados e de 5,0 a 10,0 os aprovados. Dessa forma funciona a avaliação normativa, valorizando uma perspectiva de avaliação competitiva, onde a comparação de valores torna-se essencial, fortalecendo ainda mais o processo de exclusão e classificação.

É importante perceber que nem sempre boas notas representam realmente um bom aprendizado, pois quantas vezes alunos decoram questionários para responder a perguntas da prova e depois que esse momento passa, eles acabam esquecendo? Existe nesse caso aprendizado de fato? E, Afonso (2000, p. 34) propõe que:

Nesta modalidade de avaliação, os resultados quantificáveis (por exemplo, os que se referem ao domínio cognitivo e instrucional) tornam-se mais importantes do que os que se referem a outros domínios ou outras aprendizagens. A complexidade do processo educativo é tendencialmente reduzida a alguns produtos visíveis que acabam assim por induzir a utilização de testes estandardizados e estes, por sua vez, passam a ter um papel central ao fornecer resultados que são úteis indicadores de mercado.

Essa lógica querendo ou não, pertence à sociedade atual, onde o grande prêmio é passar no vestibular que também atribui notas e classifica os alunos como aptos a adentrar no mundo acadêmico ou não.

Um conceito importante quando se fala de avaliação é a eficácia e eficiência do processo avaliativo. A eficácia diz respeito quando os alunos atingem o objetivo proposto na atividade, por exemplo, se numa prova em que o aluno respondeu as mesmas questões de um questionário passado pelo professor e tira dez, percebe-se que o aluno atingiu os objetivos da atividade, e dessa forma continua o mesmo questionamento realizado acima, será que ocorreu nesse caso aprendizado real? E o outro conceito é de eficiência que está relacionado ao objetivo e ao processo de desenvolvimento, como alcançá-lo e também a relevância para do conteúdo aprendido para o contexto social do aluno, ou seja, a aprendizagens realizadas de maneira significativa.

Eficácia e eficiência podem “caminhar juntas” nesse processo, onde o aluno realiza a atividade avaliativa proposta e obtém um desempenho satisfatório e que o conteúdo aprendido sirva para sua realidade social. E acerca da eficácia e eficiência Moretto (2002, p. 100) coloca que:

[...] a avaliação é eficaz quando o objetivo proposto pelo professor foi alcançado. Por exemplo, se o professor colocou como objetivo verificar se os alunos sabem todos os afluentes do Rio Amazonas, e todos obtêm nota 10 (dez) na prova, podemos dizer que a avaliação foi eficaz. A eficiência está relacionada ao objetivo e ao processo desenvolvido para alcançá-lo. Diremos que a avaliação é eficiente quanto o objetivo proposto é relevante e o processo para alcançá-lo é racional, econômico e útil. Portanto, para que a avaliação seja eficiente, é preciso que seja também eficaz.

Contudo, deve atentar-se para um fato: de certa forma a prova faz parte das técnicas e instrumentos utilizados nos processos avaliativos. Ela pode torna-se um instrumento que valorize as competências e habilidades do aluno, quando o professor a planeja, redige e executa numa perspectiva construtivista sócio integracionista.

Segundo Moretto (2002) para que isso ocorra, o professor deve atentar-se para algumas características essenciais de uma prova bem elaborada, visando à linha de construção do conhecimento citada acima. As características são: contextualização (onde a questão deve levar o aluno buscar possíveis respostas no enunciado da questão, ou seja, levando a desenvolver a habilidade de interpretação), Parametrização (onde o professor deve estabelecer parâmetros para as respostas dos alunos). Por exemplo, se for solicitado que o aluno disserte sobre as ditaduras, é uma questão sem parâmetros, porque o que se quer saber exatamente da ditadura? Agora um bom exemplo de questão parametrizada pode ser: Escreva quatro substantivos próprios que iniciam com vogal, nela o parâmetro é escrever quatro substantivos.

Segundo Moretto (2002) outro aspecto pouco abordado é em relação à exploração da capacidade de leitura e de escrita do aluno, ou seja, pequenos textos para provocar a capacidade reflexiva do aluno em compreender e interpretar textos, bem como respostas com argumentação. E, por último, são as proposições de questões operatórias e não apenas transcritórias, que façam os alunos estabelecer relações, operações mentais e não apenas transcrever respostas que são óbvias no texto.

Observando o que foi descrito acima, percebe-se que para elaborar uma prova escrita é necessário mais do que verificar se o conteúdo foi aprendido ou não, torna-se necessário que o professor atente-se para a linguagem utilizada na construção dos enunciados e das questões, se eles respondem ao nível cognitivo e de apreensão de conteúdos da turma, pois não adianta nada o professor elaborar uma prova que a turma não consiga responder, ou mesmo refletir acerca das questões solicitadas. Dessa forma, verifica-se que é necessário para a elaboração de um instrumento avaliativo, planejamento e observação da própria turma.

Um conceito importante quando se fala em prova escrita é a questão da “prova operatória”. Segundo Moretto (2002) a prova operatória compreende diversos aspectos e elementos que faz com que o aluno reflita sobre a questão colocada levando-o a construir respostas, porém obedecendo aos critérios da “Taxionomia de Bloom” que diz respeito à complexidade de ações mentais a ser realizada, a taxionomia diz respeito a uma elaboração de critérios de avaliação de níveis de complexidade de ações mentais. Esses níveis de complexidade propostos pela Taxionomia de Bloom são: (Re) conhecimento onde os alunos realizam identificações das propriedades fundamentais dos objetos de conhecimento, ou seja, identificação de informações, e de interpretação de um simples enunciado, como por exemplo, atividade de associar a 2ª coluna com 1ª. A compreensão é o segundo nível, onde o educando reconhece os itens da questão e descreve-os com suas particularidades,

explica-os e estabelece relações, por exemplo, atividades de explicar, descrever, apresentar características, uma demonstração de compreensão. A aplicação ocorre após identificar, reconhecer os itens o aluno aplicará os dados em situações bem definidas, exemplo disso são as situações problema.

A análise é uma operação mental que parte de um todo para a compreensão das partes, onde se deve seguir a estrutura, onde se enuncia “o todo” a ser analisado, apontam-se os parâmetros para análise e descreve-se o objetivo da análise, nessa atividade apresentam-se comandos como: fazer análise, examinar fatos e comentar. A síntese é uma operação inversa da análise onde se apresentam as partes, indicam-se o elo existente entre essas partes e solicita-se com precisão a síntese.

E, por último, o julgamento (avaliação) nesse nível é o que se apresenta a maior complexidade dentro da Taxionomia de Bloom, porque há emissão de juízo de valor. A estrutura da questão baseia-se na proposição de situação, fato, discurso. A correção desse tipo de questão se valerá da coerência interna e da argumentação do discurso, palavras como: julgue, apresente argumentos a favor ou contra são típicas desse nível.

Segundo Moretto (2002) existem orientações para a preparação de questões operatórias, como: verificar a precisão do objetivo da questão, ou seja, se ela está realmente levando informações para subsidiar o aluno em sua resposta.

Dessa maneira, torna-se necessário que o professor observe se o conteúdo que será cobrado é de importante relevância para aprendizagem significativa do aluno, ou seja, se esse conteúdo o auxiliará em seu cotidiano, buscar conhecimentos prévios dos alunos, contextualizarem as questões numa situação de compreensão dos alunos, daí a importância da linguagem clara e objetiva. Um aspecto importante que a Taxionomia de Bloom aborda é a questão de esclarecer aos alunos o objetivo de cada questão, para que eles saibam o que realmente a atividade solicita, facilitando assim o entendimento dos alunos, oportunizando mais chances de respostas bem argumentadas no caso de uma questão subjetiva, fazendo com que o aluno desenvolva outras habilidades, dando assim um novo sentido para o processo avaliativo.

O capítulo seguinte abordará a descrição das perspectivas avaliativas, ou seja, os propósitos essenciais desse processo.

3 AVALIAÇÃO: UMA BUSCA DE NOVOS SENTIDOS

O que pensar sobre o verdadeiro propósito da avaliação? Existem diversos autores que contemplam essa visão da avaliação. Mas primeiro o que é avaliação? A avaliação diz respeito a fazer uma apreciação de algo, no caso da avaliação do processo de construção de conhecimento do aluno, essa deve se propor a verificar se os objetivos educacionais estão sendo atingidos e se o educando está desenvolvendo as habilidades necessárias aquele conteúdo ou programa. Neste sentido para Tyler (1974) a idéia do processo avaliativo consiste basicamente na determinação de quanto os objetivos educacionais estão sendo atingidos.

Dessa forma, observa-se o papel fundamental do professor nesse processo, pois o mesmo é quem utiliza a avaliação para chegar à conclusão de que o aluno está apto ou não para prosseguir para a série subsequente. Um passo de extrema importância para que a avaliação seja mais equitativa parte da elaboração da mesma, pois o avaliador deve ser

antes de tudo planejador. A avaliação dispõe de instrumentos e técnicas pertinentes a sua prática.

As técnicas e instrumentos de avaliação são classificados de diversas formas, a técnica avaliativa é o método de se obter informações desejadas, já o instrumento é o recurso que será usado para isso. De forma que, o professor deve adaptar a escolha dos métodos para lançar o desafio da verdadeira avaliação, que os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (2001, p. 45) colocam:

A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno.

Trabalhar a avaliação nessa perspectiva requer uma sistematização de todo o processo de ensino-aprendizagem, pois isso facilita ajustes constantes neste caminhar, que contribui para que o trabalho pedagógico tenha maior sucesso.

Os professores muitas vezes querem, desejam aprimorar-se, elaborar novos instrumentos e aplicá-los, porém as políticas públicas e o quadro geral da educação não colaboram para isso, onde salas estão superlotadas, o que dificulta o diagnóstico individualizado do aluno.

De acordo com Franco (2001) o processo avaliativo exerce papel fundamental na sua função informativa, pois a avaliação fornece informações para que os docentes e discentes conheçam os pontos fortes e fracos do processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que ambos tomem as providências necessárias para que ocorra um bom desenvolvimento do trabalho pedagógico, ou seja, a avaliação funciona como uma ferramenta de extrema importância para verificar se os objetivos educativos estão sendo alcançados ou não. Para tanto, Luckesi (2002, p. 172-173) afirma que:

A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção (que obrigatoriamente conduz à exclusão. O diagnóstico tem por objetivo aquilatar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões no sentido de criar condições para a obtenção de uma maior satisfação daquilo que se esteja buscando ou construindo).

Segundo Perrenoud (1999) existem diferentes modalidades de avaliação, como a avaliação criterial, por exemplo, que tem por objetivo principal a apreciação do grau de alcance dos objetivos do ensino. Desse modo, procura perceber realizações individuais do aluno, o que nos mostra que esta modalidade de avaliação é um meio facilitador do diagnóstico das dificuldades, programa de atividades e de promoção ao longo do percurso escolar.

A avaliação formativa segundo Perrenoud (1999) diferentemente da avaliação criterial visa um processo não baseado apenas em instrumentos de recolhimento de informações.

Dessa feita, quando os professores praticam uma avaliação formativa, o recolhimento de informações sobre o processo de construção de conhecimento do aluno pode ser realizado por diversos métodos e técnicas que englobam desde o recurso à memória que o professor guarda de cada aluno até as mais diferentes e conhecidas estratégias como: a

observação livre, a observação sistemática, auto-avaliação, a entrevista, o trabalho em grupo e outras formas de interação pedagógica. Segundo Perrenoud (1999, p. 101) tem-se que:

É formativa toda a avaliação que ajuda o aluno a aprender a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo. Importa, claro, saber como a avaliação formativa ajuda o aluno a aprender, ela retroage sobre os processos de aprendizagem. A avaliação formativa define por seus efeitos de regulação dos processos de aprendizagem. Dos efeitos buscar-se-á a intervenção que os produz e, antes ainda, as observações que orientam essa intervenção.

Assim sendo, percebe-se que o campo da avaliação formativa possui a perspectiva de avaliar para intervir, pois a partir desse tipo de avaliação pode-se dar conta do reconhecimento da pluralidade em sala de aula, ou seja, os diversos níveis de aprendizagem que cada aluno possui. Enfim, se os registros tiverem por objetivo observar o processo de aprendizagem de cada aluno e sua conseqüente reorientação, eles subsidiam uma avaliação formativa. Mas não apresentam caráter normativo se esses registros representarem apenas classificações sucessivas do estudante.

Contudo, na avaliação existem dois aspectos para se considerar. Um deles é que o professor tem um importante papel nesse processo, pois o mesmo precisa estar comprometido com o que acredita. Outro aspecto a se considerar é o psicológico e exige auto trabalho para não deixar que questões pessoais interfiram na profissional, de forma que o profissional deve cuidar de si mesmo e do cumprimento de seus objetivos, porque o educando e o educador são sujeitos do mesmo processo.

A avaliação por si só, não se articula para um bom desenvolvimento do trabalho pedagógico, ela também necessita de um projeto pedagógico bem articulado, pois é ele que juntamente com os PCN e o projeto político-pedagógico da escola gerarão a linha norteadora da avaliação naquele ambiente escolar. Pois esse é um ponto importante e que vem sendo discutido em vários âmbitos da educação: Qual a ligação da avaliação com o projeto político-pedagógico?

Antes de estabelecer essa relação torna-se necessário entender em linhas gerais, o que é um projeto político-pedagógico.

3.1 AVALIAÇÃO E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O Projeto Político-Pedagógico é um documento escrito que gerará a linha norteadora de trabalho pedagógico da escola durante certo período, então, projetos, atividades, questões físicas, históricas e sociais da instituição de ensino constarão nesse documento. Neste ponto apresentaram-se os motivos pedagógicos do projeto, porém, por que ele também é político? É político, pois toda ação pedagógica pode ser considerada uma ação política, uma vez que a sala de aula o aluno constrói e reconstrói idéias e práticas para o exercício da cidadania.

Discussões acerca de um tema, debates, questionamentos, 'aguçam' o senso crítico dos educandos tornando-os seres pensantes. Uma curiosidade acerca disso é que, porque que na época da ditadura militar, os militares tomavam tanto cuidado com o âmbito escolar (campo educativo)? Porque eles consideravam que a escola proporciona a discussão de questões políticas.

É interessante verificar que a prática avaliativa envolve o campo da ética e dos valores socialmente construídos durante séculos, por exemplo, a nota nas provas sempre foi uma forma dos pais acompanharem como andava o “rendimento” de seu filho. Contudo, torna-se necessário atentar-se a um ponto: a nota representa apenas o resultado do desempenho cognitivo do aluno e nem sempre, o processo educativo que o levou a tal resultado.

Outro eixo importante quando se fala em avaliação é a questão do papel do professor nesse processo, ou seja, o papel do verdadeiro avaliador onde ele deve ter consciência de suas escolhas, na adequação e na clareza entre suas intenções, seus objetivos, suas ações e decisões fazendo uma análise comparativa dos dados obtidos, bem como as possíveis reações adversas compondo uma ferramenta de *feedback* própria.

Nesse sentido, percebe-se que avaliadores autênticos, conhecem referenciais que os movem, ou seja, possuem as teorias e políticas, contudo essas teorias devem condizer com a prática em sala de aula, que é um dos grandes entraves nos dias de hoje, é a incoerência entre teoria e prática diante do fato educativo.

Segundo Luckesi (2002) a avaliação tem como objetivo promover a inclusão e não a exclusão, pois ela deve buscar a qualidade dos serviços de escolarização, não promovendo a classificação, mas sim levando a democratização da escola, baseando-se o ensino em práticas cotidianas de acordo com a realidade social do aluno, ampliando assim, o conceito de cidadania crítica e tornando o ambiente escolar num espaço de construção do saber.

3.2 A AVALIAÇÃO E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

3.2.1 A avaliação e os elementos do processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação segundo Luckesi (2002) tem o papel de subsidiar decisões a respeito da aprendizagem dos alunos. No que diz respeito a essa avaliação deve-se atentar para quatro elementos fundamentais: assimilação receptiva de conhecimentos e metodologias, exercitação de conhecimentos e visões de mundo, aplicação de conhecimentos e a inventividade. Esses elementos dizem respeito às assimilações no processo de ensino-aprendizagem e como a partir delas o professor deve elaborar a avaliação do processo de construção de conhecimento do aluno perante o conteúdo exposto.

Segundo Luckesi (2002) a assimilação receptiva de conhecimentos, metodologias e visões de mundo dizem respeito ao momento em que o educando será colocado em contato com um saber já existente. É um recebimento de interpretações já existentes no qual ele fará suas reflexões acerca de seus conhecimentos existentes e o saber já elaborado, fazendo assim, um elo entre os dois para o acréscimo de conhecimento do aluno. Neste ponto faz-se atentar para dois aspectos: a questão da assimilação receptiva e a questão de que os conhecimentos são “tingidos” por metodologias e visões de mundo.

Por assimilação receptiva, entende-se que o educando estará recebendo o conteúdo não como passivo, mas como receptivo, ou seja, fazendo as possíveis ligações existentes como foi dito anteriormente, do conhecimento novo, como o “aprendido”. Já quando se diz que os conhecimentos são tingidos por metodologias e visões de mundo referem-se à ligação existente entre conteúdo e metodologia. E o outro diz respeito a diferença existente no caminhar do método e conteúdo, mas que um não caminha sem o outro, pois eu posso

estudar um mesmo conteúdo de diversas formas, ou seja, levando a avaliação numa visão dialética.

Já no que diz respeito a exercitação dos conhecimentos e metodologias entende-se que para o desenvolvimento das capacidades do educando, torna-se necessário que habilidades e hábitos sejam desenvolvidos sempre em atividades construtivas. Pois não é suficiente receber um conteúdo de matemática e pronto, é notável que se deva exercitar essa operação em diversas vertentes, em diversos níveis de complexidade e dificuldade, de maneira tal que, o conteúdo seja internalizado de maneira receptiva como foi dito anteriormente. Para tanto, Luckesi (2002, p. 139) propõe que:

A exercitação é a forma pela qual o educando internaliza reprodutivamente os conteúdos e constrói suas capacidades. Pela exercitação, os conhecimentos, metodologias e visões de mundo passam a fazer parte propriamente do educando, chegando até o nível da constituição de hábitos. Sem a exercitação, o educando não tornará habitual um determinado modo de interpretar e agir sobre a realidade, não formará capacidades.

A exercitação é a forma pela qual a instituição de ensino encontra para que o discente faça sua cultura recebida, tornando este aluno autônomo, auto-suficiente, independente com a possibilidade de livre escolha de ações, pensamentos e atitudes.

Quanto à aplicação de conhecimentos e metodologia podemos dizer que é uma continuação da exercitação, pois a partir dos conhecimentos adquiridos em determinada instância torna-se necessário transferi-los para outras situações-problemas.

E por último a inventividade diz respeito ao investimento para o novo. Ela é uma ação criativa que soma diversos fatores como: conteúdos, intuição, *insights*, espontaneidade e o risco. Mas sempre lembrando que para criar o novo pode-se partir sempre do velho. E a respeito da inventividade e criatividade no processo de ensino aprendizagem Luckesi (2002, p. 140) deixa evidente que:

A criatividade não é pura espontaneidade. Para haver criação, há que se ter um suporte nas capacidades desenvolvidas e, para tanto, a assimilação da herança cultural é importante; ela é um dos veículos de desenvolvimento das faculdades mentais superiores e das convicções. A inventividade necessita da espontaneidade e do risco, mas também é intuitivo, que possibilitem fazer emergir a invenção.

A partir disso podemos considerar que todos os elementos utilizados no processo de ensino-aprendizagem não são mecânico e sim possuem importância na aplicação no ensino, pois o professor não terá de, em uma única aula, querer que todos os alunos recebam um conhecimento, exercitem-no, aplique-o em outras situações-problemas e produzam uma invenção. Além disso, o processo também depende da faixa etária, do conteúdo que está em explanação no momento, as técnicas de ensino a serem utilizadas, a estrutura e o tempo hábil alocado para realização eficiente e eficaz do curso bem como seu processo avaliativo.

Dessa forma, se percebe mais uma vez a importância do professor enquanto mediador do processo de ensino aprendizagem, pois é ele quem determina de onde o processo de ensino-aprendizagem se iniciará, mas sempre respeitando o processo de construção de conhecimento e limites dos alunos e assim fazendo com que não bastem apenas ciências, mas que as ciências e a arte caminhem juntas num processo vivo de desenvolvimento e não um suposto mecanicismo.

3.2.2 A avaliação dos resultados da aprendizagem

Antes mesmo de se comentar sobre os resultados da aprendizagem, torna-se necessário compreender antes alguns conceitos básicos quando se falam em sala de aula, nesse caso, os conceitos de ensino e aprendizagem.

Segundo Piletti (2001) existe um conceito etimológico palavra ensinar (do latim **signare**) que significa “colocar dentro, gravar no espírito”. A partir desse conceito etimológico, surgiu a questão do ensino tradicional onde ‘ensinar é transmitir conhecimentos’.

O método utilizado baseia-se em aulas expositivas e explicativas. Partindo do ensino, chegamos à aprendizagem, pois o ensino visa à aprendizagem. Porém é importante questionar: O que é aprendizagem? Sobre aprendizagem Piletti (2001, p. 31) expõe que:

A aprendizagem é um fenômeno, um processo bastante complexo. Hoje existem muitas teorias sobre a aprendizagem. Elas são estudadas em Psicologia Educacional. Inicialmente convém salientar que a aprendizagem não é apenas um processo de aquisição de conhecimentos, conteúdos ou informações. As informações são importantes, mas precisam passar por um processamento muito complexo, a fim de tornarem significativas para a vida das pessoas. Todas as informações, todos os dados da experiência devem ser trabalhados, de maneira consciente e crítica, por quem os recebe.

Em consonância com o que foi citado, percebe-se que o ensino e a aprendizagem estão intrinsecamente ligados, pois um depende do outro, os dois fazem parte de ‘um caminhar’ constante.

Porém, após comentar alguns aspectos de ensino e aprendizagem, chega-se a um questionamento: Qual a relação entre avaliação e aprendizagem? Percebe-se que ela é estabelecida por intermédio de um processo contínuo de pesquisa que visa interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, tendo em vista mudanças esperada no comportamento.

Logo após se observar à importância que o processo de ensino-aprendizagem tem na vida escolar do aluno, torna-se essencial que se chegue às conclusões sobre esse processo, a avaliação dos resultados da aprendizagem.

É essencial colocar que o planejamento tem grande importância nesse processo, pois é a partir dele que se definem os objetivos a serem atingidos, os procedimentos (execução) e a avaliação. Serve de instrumento de verificação dos resultados, assim como para fundamentar decisões que devam ser tomadas e resultados que desejam ser construídos.

Dessa forma, pode-se perceber que a avaliação não é uma atividade solitária e sim que, participa de um trabalho coletivo, com o planejamento e a execução. Ela só faz sentido na medida em que ajuda no diagnóstico da execução e dos resultados que estão sendo buscados.

A avaliação é um instrumento para auxiliar a melhoria dos resultados. E acerca da avaliação assumir outra proposta que não seja a favor do aluno, do processo de ensino-aprendizagem e da democratização do ensino, Luckesi (2002, p. 150) expõe que:

Se a avaliação não assumir forma diagnóstica, ela não poderá estar a serviço da proposta política, estar interessado em que o educando aprenda e se desenvolva, pois se a avaliação continuar sendo utilizada de forma classificatória, como tem sido usada até hoje, não viabiliza uma tomada de decisão em função da construção dos

resultados esperados. A avaliação da aprendizagem, como temos definido em outras ocasiões, nada mais tem feito do que classificar o educando num certo estágio de desenvolvimento e dessa forma não auxilia a construção de resultados esperados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, a importância de se verificar o contraste entre o institucional normativo e o efetivamente praticado. Tal discrepância configura um distanciamento entre o ideal (norma) e o real (prática). No que se refere ao processo avaliativo no ensino superior do Brasil, é notória a total diferenciação entre a realidade ilusória estabelecida por leis, pareceres, estatutos e regimentos e a realidade concretizada através da aplicabilidade prática nas salas de aulas.

Esta pesquisa não tem a pretensão de ser conclusiva e finita a abordagem exploratória do tema. Ao contrário, revela uma perspectiva diferenciada do processo avaliativo na atualidade por método dedutivo haja vista a revisão literária realizada.

A avaliação adotada em sala de aula tem impacto direto e indireto no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, torna indispensável um aperfeiçoamento constante em busca de novas técnicas e metodologias mais eficientes e eficazes através do melhor planejamento e implementação cuidadosa.

Outro aspecto de extrema importância é a utilização constante da memorização na avaliação dos discentes. Entretanto, apesar de um processo legítimo e necessário, faz com que a utilização quase absoluta desta técnica coloca em segundo plano outros processos intelectuais de extrema relevância na formação profissional e acadêmica, como, por exemplo, debates, seminários, palestras e outros, que fornece os mecanismos necessários para o raciocínio crítico, resolução de problemas e facilidade na transformação de informação em conhecimento.

Contudo, pode-se observar que, como a educação, a avaliação também tem uma função política, pois ela deve ser aliada num processo docente crítico e construtivo a serviço da aprendizagem dos alunos, no que diz respeito as suas capacidades cognitivas e sociais. Mas a realidade da educação brasileira não vem contribuindo muito para isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2002.

BOAS, Benigna Maria de Freitas Villas (org). **Avaliação**: políticas e práticas. Coleção magistério formação e trabalho pedagógico. 1ª ed. São Paulo: Papirus, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. 3ª ed. Brasília, 2001.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. 5ªd. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DEPRESBITERIS, Lea. **O desafio da Avaliação da aprendizagem**: fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. 24ªed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Creso. **Avaliação, Ciclos e Promoção na educação**. São Paulo: Artes Médicas, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1997.

HAYDT, Regina Célia. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

_____. MEDIANO, Zélia. **Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica**. 3ª ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1994.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas**. 2ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PERRENOUD, Phillip. **Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. 3ªed. São Paulo: Atlas S.A, 1999.

RODRIGUES, José Florêncio. **Avaliação do estudante universitário**. Brasília: SENAC, 2009.

TYLER, Ralph. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Porto Alegre: Globo, 1974.

VIANNA, Heraldo. **Pesquisa em Educação: a observação**. Brasília: Plano, 2003.